

Editais

Protocolo: 2025001310038

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDUC
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL****EDITAL Nº 06/2025 – SEGUNDO TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA
DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025**

A Secretária de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, tendo em vista o disposto na Lei Estadual n.º 6.672, de 22/04/1974 e suas alterações, na Lei Estadual n.º 15.266/19, na Lei Complementar Estadual n.º 13.763/2011, na Lei Estadual n.º 13.694/2011, na Lei Estadual n.º 13.320/2009, no Decreto Estadual n.º 57.714/24, no Decreto Estadual n.º 56.229/21, na Lei Federal n.º 9.394/96, e, subsidiariamente, naquilo que não é contrário, na Lei Complementar Estadual n.º 10.098/1994, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o SEGUNDO TERMO DE RETIFICAÇÃO do Edital de Abertura do Concurso Público Nº 001/2025, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica **RETIFICADO** o subitem 6.4.2.1 do Edital de Abertura 001/2025, com as seguintes alterações:

6.4.2.1 o laudo médico deverá estar redigido em letra legível e dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o(a) candidato(a) é portador(a), com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença–CID, bem como à provável causa ou origem da deficiência, e citação por extenso do nome do(a) candidato(a), carimbo indicando o nome, número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão. Somente serão considerados os laudos médicos emitidos nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data de término das inscrições, conforme Decreto Estadual 56.229/21, **exceto para os laudos médicos que atestem o Transtorno do Espectro Autista (TEA), cuja validade é indeterminada conforme Lei nº 15.951/2023**. O(A) candidato(a) deve enviar também, junto ao laudo, cópia de documento oficial de identificação e CPF.

Art. 2º Fica **RETIFICADO** o subitem 8.1.3.2.1 do Edital de Abertura 001/2025, com as seguintes alterações:

8.1.3.2.1 O laudo médico deverá estar redigido em letra legível, com citação do nome por extenso do candidato, identificação do nome, número do CRM do médico responsável por sua emissão, bem como a assinatura deste. O laudo deverá ainda dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença–CID, justificando a condição especial solicitada. Somente serão considerados os laudos médicos emitidos no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições, nos termos do Decreto Estadual 56.229/21, **exceto para os laudos médicos que atestem o Transtorno do Espectro Autista (TEA), cuja validade é indeterminada conforme Lei nº 15.951/2023**. O candidato também deverá enviar, junto ao laudo, cópia de documento oficial de identificação e CPF.

Art. 3º Fica **RETIFICADO** o Anexo V do Edital de Abertura 001/2025, com as seguintes alterações:

CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DAS SEGUINTEs ÁREAS:

- 1 Linguagens e Suas Tecnologias
- 2 Matemática e Suas Tecnologias
- 3 Ciências Da Natureza e Suas Tecnologias
- 4 Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
- 5 Educação Básica Etapas e Suas Modalidades
- 6 Educação Profissional e suas Tecnologias

Legislação da Educação:

1. Constituição da República Federativa do Brasil –promulgada em 5 de outubro de 1988, Artigos ~~5º, 37 ao 41~~ 6º, 205 ao 214, 227 ao 229, e suas atualizações. 2. Lei Federal n.º 8.069, de 13/07/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e suas atualizações. 3. Lei Federal n.º 9.394, de 20/12/96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas principais atualizações. 4. Lei Federal n.º 10.639 de 2003, Lei Federal n.º 11.645/2008 e Resolução CNE/CP n.º1/2004 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". 5. Lei Federal n.º 10.098/2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências; 6. Lei n.º 13.005/ 2014 – Plano Nacional de Educação; 7. Resolução CNE/CP n.º 2, de 22 de dezembro de 2017 – Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular e Resolução CNE/CP n.º 4/2024 formação docente alinhada à BNCC; 8. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica – Resolução n.º 4, de 13 de julho de 2010; 9. Resolução n.º 7, de 14 de dezembro de 2010 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos; 10. Lei n.º 14.191, de 3 de agosto de 2021 – Dispõe sobre a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos; 11. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); 12. Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.; 13. Resolução n.º 04, de 02 de outubro de 2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial; 14. Lei n.º 9.795, de 27 de abril de

1999 – Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências; 15. Resolução n.º 2, de 15 de junho de 2012 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; 16. Resolução n.º 363, de 10 de novembro de 2021 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul; 17. Lei n.º 13.597, de 30 de dezembro de 2010 – dá nova redação à Lei n.º 11.370, de 9 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental, e complementa a Lei Federal n.º 9.795, de 27 de abril de 1999. 18. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007); 19. Lei n.º 14.705, de 25 de junho de 2015 – Institui o Plano Estadual de Educação (PEE) do Rio Grande do Sul em cumprimento ao Plano Nacional de Educação; 20. Parecer n.º 126/2016 – Diretrizes Operacionais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino; 21. Cadernos Pedagógicos: Direitos Humanos em Educação – Série PDE/Programa Mais Educação (2013); 22. Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; 23. Parecer CNE/CP n.º 16, de 05 de junho de 2012 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. 24. Parecer CEED/RS n.º 323/1999 – Institui as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para o Sistema Estadual de Ensino; 25. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); 26. Lei n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); 27. Resolução CEB n.º 2, de 7 de abril de 1998 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.; ~~28. Resolução CNE/CEB n.º 3, de 21 de novembro de 2018 – Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; Resolução CNE/CEB n.º 2, de 13 de novembro de 2024.~~ Resolução CEB n.º 3, de 10 de novembro de 1999 – Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências; 30. Portaria MEC n.º 1.432, de 28 de dezembro de 2018 – Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. 31. Resolução n.º 365, de dezembro de 2021 – Institui normas complementares para oferta do Ensino Médio e suas modalidades no Sistema Estadual de Ensino.; 32. Resolução n.º 0361, de 3 de novembro de 2021 – Institui o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio (RCGEM); 33. Lei n.º 6.672, de 22 de abril de 1974 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul; 34. Lei n.º 15.451, de 17 de fevereiro de 2020 – Altera a Lei n.º 6.672.; 35. Marco Legal da Primeira Infância – Lei nº 13.257/2016.; 36. Política Nacional de Alfabetização (PNA) – Decreto nº 9.765/2019.

Sugestões de Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

_____. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

_____. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a LDB para incluir o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 30 jun. 2025.

_____. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 30 jun. 2025.

_____. Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004. Institui diretrizes para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

_____. Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

_____. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

_____. Resolução CNE/CP n.º 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui a Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 jun. 2025.

_____. Resolução CNE/CP n.º 4, de 19 de dezembro de 2024. Define diretrizes para formação docente. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

_____. Resolução CNE/CEB n.º 4, de 13 de julho de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

_____. Resolução CNE/CEB n.º 7, de 14 de dezembro de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

_____. Lei n.º 14.191, de 3 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Educação Bilíngue de Surdos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14191.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

_____. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

_____. Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

____. Resolução CNE/CEB n.º 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

____. Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

____. Resolução CNE/CP n.º 2, de 15 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares para Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

____. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: SEDH/MEC/UNESCO/OAB, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

____. Cadernos Pedagógicos: Direitos Humanos em Educação. Série PDE/Programa Mais Educação. Brasília: MEC/SEB, 2013.

____. Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes para Educação das Relações Étnico-Raciais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

____. Quilombola. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

____. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

____. Lei n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o novo Fundeb. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14113.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

____. Resolução CNE/CEB n.º 2, de 7 de abril de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

~~____. Resolução CNE/CEB n.º 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.~~

____. Resolução CNE/CEB n.º 2, de 13 de novembro de 2024. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2024/265041-rceb002-24/file>. Acesso em: 28 ago. 2025.

____. Resolução CNE/CEB n.º 3, de 10 de novembro de 1999. Diretrizes para Escolas Indígenas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

____. Portaria MEC n.º 1.432, de 28 de dezembro de 2018. Referenciais dos Itinerários Formativos do Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

____. Lei n.º 13.257, de 8 de março de 2016. Marco Legal da Primeira Infância. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

____. Decreto n.º 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização – PNA. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

____. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – Rio Grande do Sul. Parecer CEED/RS n.º 323/1999. Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e Médio no RS.

____. Parecer n.º 126/2016. Diretrizes Operacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

____. Lei n.º 6.672, de 22 de abril de 1974. Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público Estadual.

____. Lei n.º 15.451, de 17 de fevereiro de 2020. Altera a Lei n.º 6.672/1974. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

____. Resolução n.º 365, de dezembro de 2021. Normas complementares para o Ensino Médio no Sistema Estadual de Ensino.

____. Resolução n.º 0361, de 3 de novembro de 2021. Institui o Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio.

____. Lei n.º 14.705, de 25 de junho de 2015. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

____. Resolução n.º 363, de 10 de novembro de 2021. Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

____. Lei n.º 13.597, de 30 de dezembro de 2010. Dá nova redação à Lei n.º 11.370, de 9 de janeiro de 2002, que trata da Política Estadual de Educação Ambiental. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CÓDIGO/CARGO: 414 PROFESSOR - ENSINO RELIGIOSO

1. Fundamentos Legais e Proposta Curricular: 1.1. Reconhecimento constitucional e laicidade do Estado brasileiro. 1.2. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (Parecer CNE/CP nº 3/2013). 1.3. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): competências gerais e específicas do Ensino Religioso. 2. Pluralismo Religioso e Laicidade: 2.1. Conceito de pluralismo religioso e liberdade de crença. 2.2. Laicidade: princípios e práticas em contextos escolares. 2.3. Relação entre Estado, Educação e Diferentes Tradições Religiosas. 3. Abordagens e Temáticas em Ensino Religioso: 3.1. Religiões abraâmicas: Judaísmo, Cristianismo (catolicismo, protestantismo) e Islamismo. 3.2. Tradições orientais: Hinduísmo, Budismo. 3.3. Religiões afrobrasileiras: Candomblé, Umbanda. 3.4. Saberes indígenas e cosmovisões nativas. 3.5. Novas espiritualidades, sincretismos e movimentos religiosos contemporâneos. Ética, Cidadania e Direitos Humanos: 4.1. Princípios éticos derivados de tradições religiosas e sua articulação com direitos humanos. 4.2. Diálogo inter-religioso e construção de valores democráticos. 4.3. Educação para a paz, o respeito à diversidade e a justiça social. 5. Metodologias e Práticas Pedagógicas: 5.1. Metodologias ativas no Ensino Religioso: aprendizagem baseada em problemas, projetos e sala de aula invertida. 5.2. Trabalho de campo, visitas culturais e produção de projetos inter-religiosos. 5.3. Recursos multimodais: narrativas, textos sagrados, arte, música e tecnologia. 6. Planejamento e Avaliação: 6.1. Elaboração de plano de ensino e unidades didáticas em consonância com a BNCC e o Projeto Político-Pedagógico. 6.2. Instrumentos de avaliação formativa e somativa: portfólios, projetos, autoavaliação e rubricas. 6.3. Reflexão sobre a prática docente e avaliação de impacto no desenvolvimento socioemocional. 7. Interdisciplinaridade e Integração: 7.1. Conexões entre Ensino Religioso e demais áreas do conhecimento (História,

Filosofia, Artes, Ciências Humanas). 7.2. Projetos colaborativos e transversais: meio ambiente, gênero, saúde, cultura e memória. 8. Educação Religiosa para a Diversidade Cultural: 8.1. Reconhecimento e valorização das diferenças étnico-raciais e de gênero no contexto religioso. 8.2. Políticas de inclusão e respeito às tradições de matrizes africanas, indígenas e de outras comunidades de fé.

Sugestões de Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, M. et al. Violência nas escolas. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128717por.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

~~BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 205, p. 10.~~

~~BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF.~~

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 maio 2025.

Parecer CNE/CP nº 3, de 12 dez. 2013. Diretrizes Curriculares.

~~CALDART, Roseli Saletto. Ensino Religioso: fundamentos e métodos. Conselho Nacional de Educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2020.~~

~~DEMO, P. Educação e religião: caminhos para o diálogo. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2018.~~

~~FERREIRA, J. A. Ensino Religioso: fundamentos e práticas pedagógicas. 1. ed. Curitiba: CRV, 2022.~~

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

JUNQUEIRA, S. A.; WAGNER R. O ensino religioso no Brasil. 2. ed. Curitiba: Champagnat, 2011.

~~LOUREIRO, A. Pluralismo religioso e educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.~~

~~MARTINS, M. C. Religiões afro-brasileiras: história e cultura. 4. ed. São Paulo: Global, 2021.~~

~~MOTTA, M. de F. da S. Ensino de religião na escola pública: desafios e possibilidades. 1. ed. Curitiba: CRV, 2022.~~

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948, art. 1 e art. 3.

~~RIBEIRO, T. Metodologias ativas no Ensino Religioso. Porto Alegre: Penso, 2021.~~

RIO GRANDE DO SUL. Referencial Curricular Gaúcho. Secretaria de Estado da Educação. Porto Alegre: SEDUCRS, 2018. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202102/17175700-rcg-ef-completo.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.

~~SALAMONI, P. et al. Educação e Religião: estudos e reflexões. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2023.~~

~~VALLS, M. S. Diálogo inter-religioso e construção de paz. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2020.~~

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. 24. ed. Porto Alegre: Artmed, 2020.

CÓDIGO/CARGO: 404 - PROFESSOR – ARTES

1. Fundamentos da Arte na Educação: 1.1 Arte como conhecimento: especificidades, sentidos e funções. 1.2 A experiência estética e o processo criativo. 1.3 Concepções de ensino de Arte: tendências históricas e contemporâneas. 1.4 BNCC, DCN e Referenciais Curriculares para o componente Arte. 1.5 Multiculturalismo, diversidade e inclusão nas práticas pedagógicas em Arte. 2. Linguagens das Artes na Educação Básica: 2.1 Artes Visuais: elementos e princípios da linguagem visual, leitura e produção de imagens. 2.2 Música: elementos da linguagem musical, apreciação, criação e interpretação. 2.3 Dança: corpo, movimento e expressão; práticas pedagógicas com a linguagem da dança. 2.4 Teatro: jogo teatral, improvisação, encenação e leitura dramática. 2.5 Interdisciplinaridade e abordagens integradas entre as linguagens artísticas. 3. Arte, Cultura e Sociedade: 3.1 As artes e suas relações com a cultura, identidade, território e história. 3.2 Arte indígena, afro-brasileira, popular e contemporânea. 3.3 Mídias, tecnologias e cultura digital na produção e no ensino da arte. 4. Didática e Metodologias do Ensino de Arte: 4.1 Planejamento de ensino e avaliação em Arte. 4.2 Projetos pedagógicos, sequências didáticas e práticas interdisciplinares. 4.3 Jogos, brincadeiras e experimentações nas aulas de Arte. 4.4 Práticas formativas e avaliação processual no ensino de Arte. 5. História das Artes e Apreciação Estética: 5.1 Panorama histórico das artes visuais, da música, da dança e do teatro. 5.2 Correntes estéticas e movimentos artísticos ocidentais e não ocidentais. 5.3 Leitura e análise crítica de obras de arte e manifestações culturais. 6. Educação, Arte e Tecnologias Digitais: 6.1 Tecnologias digitais aplicadas ao ensino das Artes. 6.2 Práticas híbridas, arte-educação e produção artística contemporânea. 6.3 Recursos digitais, plataformas e metodologias ativas.

Sugestões de Referências Bibliográficas

~~ALVES, Miriam. Mercedes Baptista: a criação da identidade negra na dança. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.~~

BARBOSA, A. M. T. B. A imagem no ensino da arte. São Paulo: Perspectiva, 2010. Arte-educação no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

CONDURU, R. Arte afro-brasileira. Belo Horizonte: C/Arte, 2021.

DIAS, B.; IRWIN, R. Pesquisa educacional baseada em arte: a/r/tografia. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.

~~FERNANDES, Ciane. O corpo em movimento: o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas. São Paulo: Annablume, 2006.~~

FERRAZ, M. H.; FUSARI, M. F. de R. Metodologia do Ensino de Arte: fundamentos e proposições. São Paulo: Cortez, 2019.

GOMBRICH, E. A História da Arte. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

HERNÁNDEZ, F. Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2000.

JAPIASSU, R. Metodologia do Ensino de Teatro. Campinas: Papyrus, 2001.

LAGROU, E. Arte indígena no Brasil: agência, alteridade e relação. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.
LABAN, Rudolf von. **Domínio do movimento**. São Paulo: Summus, 1978.
OLIVEIRA, M. O. de (org.). Arte, Educação e Cultura. Santa Maria: Editora UFSM, 2015.
PENNA, M. Ensinar música na escola: caminhos para a prática docente. São Paulo: Cortez, 2021.
MAURA, P. Música(s) e seu ensino. Porto Alegre: Sulina, 2018.
RIO GRANDE DO SUL. Referencial Curricular Gaúcho. Secretaria de Estado da Educação. Porto Alegre: SEDUCRS, 2018. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202102/17175700-rcg-ef-completo.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.
TATIT, L. Semiótica da canção: melodias recorrentes. São Paulo: EdUSP, 2017

Art. 4º Permanece inalterado o conteúdo das demais áreas de conhecimento Anexo V do Edital de Abertura 001/2025.

Art. 5º Fica **RETIFICADO** o Anexo VII – do Edital de Abertura 001/2025, com as seguintes alterações:

EVENTO	DATA PROVÁVEL
Período para envio da documentação para comprovação da reserva de vagas para: • Pessoa com Deficiência	Reaberto até às 17h do dia 29/08/2025*

Art. 6º Permanecem inalterados as demais datas constantes no Anexo VII do Edital de Abertura 001/2025.

Art. 7º Este termo entra em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições contrárias.

Porto Alegre/RS, 22 de agosto de 2025.

Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira
Secretária de Estado da Educação